

Empréstimos a governos somaram R\$ 3,9 bilhões

Segundo o Banco Central, volume das operações ARO autorizadas no ano passado é mais que o dobro de 1994 e bancos não estão renegociando dívidas

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — Estados e municípios pediram e receberam do Banco Central ao longo do ano passado autorização para contratar R\$ 3,941 bilhões em empréstimos de antecipação de receita orçamentária (ARO) nos bancos. A cifra, anunciada ontem pelo BC, supera em 155,7% o volume autorizado em 1994.

O BC informou também que até agora nenhum Estado conseguiu substituir na rede bancária dívidas de ARO por dívidas externas ou internas de longo prazo, embora falte menos de um mês para o vencimento de todas as AROs contratadas no ano passado (o prazo é 31 de janeiro). A substituição passou a ser permitida no fim de novembro, por decisão do Conselho Monetário Nacional.

Menos investimento — Enquanto os números relativos às operações de ARO cresceram, as autorizações para dívidas fundadas (emprésti-

mos contratuais de prazo maior) caíram ligeiramente, de R\$ 2,244 bilhões em 1994 para R\$ 2,159 bilhões em 1995. O BC explicou que as operações de ARO são empréstimos de curto prazo sem destinação específica, tomados normalmente para cobrir despesas corriqueiras, como folha de pessoal. Já as operações de dívida fundada referem-se a dinheiro para investimentos, como, por exemplo, obras de infra-estrutura.

A queda no fluxo de autorização para contratação de dívidas fundadas, combinada com o aumento das AROs, demonstra que Estados e municípios tomaram menos crédito para investir e mais dinheiro para tapar buracos de caixa no ano passado.

O chefe do Departamento de Dívida Pública do BC, Jairo Ferreira, ponderou, ao anunciar ontem os

números, que em 1994 os Estados puderam pegar empréstimos de ARO só até abril, por causa das eleições para governador. Este poderia ser um dos motivos do enorme salto no volume de autorizações de um ano para o outro.

Por outro lado, como a restrição é apenas de prazo e não de valores, nos anos eleitorais os Estados costumam concentrar nos primeiros quatro meses tudo que teriam direito a pedir durante o exercício, no que se refere às AROs. Ferreira reconheceu que, por isso, o fato de

1994 ter sido um ano eleitoral não teria tanto peso assim no aumento das operações.

O principal problema teria sido, como vem dizendo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, um desequilíbrio primário nas

contas de Estados e municípios. Para Ferreira, a diferença nos números de 1994 e 1995 é um claro sinal de deterioração das finanças estaduais e municipais.

Pedidos — Do total de R\$ 3,941 bilhões autorizados em 1995 para contratação de AROs, R\$ 2,337 bilhões referem-se a pedidos apresentados pelos Estados. R\$ 1,305 bilhão correspondem a solicitações de prefeituras do interior e R\$ 298,143 milhões a pedidos de prefeituras de capitais.

Na discriminação por unidade federativa, o maior volume de recursos autorizado foi para Minas Gerais (R\$ 1,068 bilhão). São Paulo vem em segundo lugar na lista, com R\$ 616,544 milhões, por causa dos pedidos das prefeituras do Estado. O governo estadual de São Paulo, informou o BC, não fez em 1995 nenhuma solicitação para contratação de ARO.

**MINAS FOI
ESTADO QUE
MAIS PEDIU
DINHEIRO**